

# O Salvamento em Direito dos Seguros

REFLEXÃO SOBRE O ÔNUS DE AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO



2014

Patrícia de Sousa Ferreira

O SALVAMENTO EM DIREITO DOS SEGUROS

AUTOR

PATRÍCIA DE SOUSA FERREIRA

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79

3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901

www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA.

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

DPS - DIGITAL PRINTING SERVICES, LDA

Agosto, 2014

DEPÓSITO LEGAL

380081/14

Apesar do cuidado e rigor colocados na elaboração da presente obra, devem os diplomas legais dela constantes ser sempre objecto de confirmação com as publicações oficiais.

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

---

***Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação***

FERREIRA, Patrícia de Sousa

O salvamento em direito dos seguros : reflexão sobre o ónus de afastamento e mitigação dos danos ocasionados pelo sinistro. – (Monografias)

ISBN 978-972-40-5632-6

CDU 347

## ÍNDICE

<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo 1 - Preliminar: os deveres e ónus do tomador do seguro e do segurado no contrato de seguro</b> .....	19
<b>Capítulo 2 - Objecto do salvamento</b> .....	23
2.1. Conceito de «salvamento».....	23
2.2. Fundamento .....	25
2.2.1. A boa fé contratual e o equilíbrio entre as prestações .....	25
2.2.2. <i>Venire contra factum proprium</i> .....	27
2.2.3. <i>Mitigation of damages</i> e a «culpa do lesado» .....	28
<b>Capítulo 3 - Uma primeira aproximação ao regime jurídico do salvamento</b> .....	33
3.1. Antecedentes normativos.....	33
3.1.1. O Código Comercial .....	33
3.1.2. A Proposta de Directiva da CEE de 1979 .....	34
3.1.3. Outras fontes .....	35
3.2. O regime actual: arts. 126.º e 127.º da LCS.....	36
3.2.1. Enquadramento sistemático .....	36
3.2.2. Imperatividade.....	38
<b>Capítulo 4 - Natureza jurídica do salvamento</b> .....	41
4.1. O salvamento como delimitação da imputação dos danos .....	41
4.2. O salvamento como ónus jurídico <i>sui generis</i> .....	42
<b>Capítulo 5 - Âmbito do salvamento</b> .....	49
5.1. Âmbito subjectivo: os sujeitos .....	49
5.1.1. Os sujeitos vinculados .....	49
5.1.2. Os auxiliares e dependentes .....	51
5.1.3. A intervenção de terceiros .....	53
5.1.4. A intervenção do segurador .....	54
5.2. Âmbito objectivo: os pressupostos.....	56
5.2.1. Ocorrência de um sinistro.....	57
5.2.1.1. Delimitação do sinistro .....	57
5.2.1.2. Início e termo do salvamento .....	61
5.2.2. Conhecimento do sinistro .....	64

<b>Capítulo 6 - Conteúdo do salvamento: as medidas de salvamento</b> .....	67
6.1. Preliminar .....	67
6.2. Determinação das medidas de salvamento .....	68
6.2.1. Os meios a empregar.....	68
6.2.2. O critério da adequação.....	69
6.2.3. Os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade .....	70
6.2.4. Limites às medidas a adoptar.....	72
<b>Capítulo 7 - Observância do salvamento</b> .....	75
7.1. Preliminar .....	75
7.1.1. Requisitos da observância do salvamento .....	75
7.1.2. Modalidades de observância do salvamento .....	78
7.2. O reembolso dos gastos de salvamento.....	81
7.2.1. Fundamento.....	81
7.2.2. Os «gastos de salvamento».....	83
7.2.3. Critérios .....	84
7.3. Limitação do reembolso dos gastos de salvamento .....	85
7.4. Liquidação dos gastos de salvamento .....	88
<b>Capítulo 8 - Inobservância do salvamento</b> .....	91
8.1. Preliminar.....	91
8.1.1. O regime do art. 101.º da LCS .....	91
8.1.2. Critérios para aferir a inobservância do salvamento.....	93
8.1.3. As consequências da inobservância do salvamento.....	96
8.1.4. A inobservância do salvamento no seguro obrigatório de responsabilidade civil .....	98
8.2. A inobservância do salvamento nos termos do n.º 1 do art. 101.º da LCS... ..	99
8.3. A inobservância do salvamento nos termos do n.º 2 do art. 101.º da LCS... ..	103
<b>Conclusões</b> .....	107
<b>Bibliografia</b> .....	113
<b>Jurisprudência portuguesa</b> .....	119
<b>Jurisprudência estrangeira</b> .....	120
<b>Anexos</b> .....	121